



ATA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER - CNDM

1 A 55ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM foi realizada
2 entre os dias 01 e 04 de abril de 2019, no Auditório Ana Paula Crossara, localizado no Edifício
3 Parque Cidade Corporate, do 8º andar, SHCS Quadra 06, Bloco A – Asa Sul, na cidade de
4 Brasília/DF. No dia 01 de abril de 2019, registra-se a ocorrência da reunião da Sociedade Civil. O
5 Encontro foi oficialmente aberto pela servidora da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres,
6 Marisa Romão, que apresentou a composição da mesa diretora da 55ª Reunião do CNDM,
7 composta pela Excelentíssima Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH),
8 DAMARES ALVES, Secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM) e Presidente do
9 CNDM, ERONILDES VASCONCELOS (TIA ERON), Secretária Adjunta da SNPM e Presidente
10 Suplente do CNDM, ROSEANE ESTRELA (ROSINHA), Colaborador da SNPM, Dr. JORGE
11 GONÇALVES, representante do Departamento de Consultoria Jurídica do MMFDH, ELAINE
12 MENEZES, Conselheira Emérita, MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES e Secretária
13 Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, SANDRA TERENA. Foi registrada a
14 presença de algumas autoridades na reunião, como: Secretária da Família, ÂNGELA VIDAL,
15 Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, PETRÚCIA DE MELO
16 ANDRADE e Secretária Adjunta da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente,
17 VIVIANE PETINELLI. Após as apresentações, a Exma. Ministra DAMARES ALVES, com a
18 palavra, cumprimentou e deu boas vindas a todos os presentes. Fez referência ao novo MMFDH
19 do Governo Jair Bolsonaro, elogiou o Presidente e fez uma breve explicação das pastas das oito
20 Secretarias do Ministério. Posteriormente afirmou que no MMFDH todos têm as mesmas
21 oportunidades que o momento é de buscar os invisíveis da nação, como mulheres Ciganas e Índias,
22 buscando sempre conhecer as necessidades de cada uma reescrevendo as políticas públicas para
23 as Mulheres. Citou alguns casos de violência nas aldeias indígenas, falou sobre a violência contra
24 Mulheres por líderes religiosos no Brasil citando o caso do líder religioso João de Deus. Em
25 seguida convidou o Conselho e todas as Mulheres a esquecer de suas diferenças, se unirem e a
26 fazer um grande pacto pelas Mulheres, chegando assim, ao fim da violência contra a mulher no
27 Brasil, colocou-se a disposição do CNDM e se dispôs a conversar abertamente com cada
28 Conselheira. Explicou que o MMFDH começou oficialmente a funcionar no dia 30 de janeiro de
29 2019, que ainda está colocando a casa em ordem, porém está empenhada. Finalizou sua fala
30 pedindo a ajuda das Mulheres do Conselho para cuidar das Mulheres da Nação. A Presidente TIA
31 ERON, agradeceu a presença e participação da Ministra, citando a importância do CNDM no
32 Ministério e cumprimentou a todos. Em ato contínuo a Conselheira CRISTIANE YUKIKO
33 KONDO do Partido do Princípio, se manifestou questionando que o CNDM não recebeu
34 informações até o momento sobre ações desenvolvidas no Ministério, pediu que a Ministra
35 explicasse, pois, o conselho não foi consultado ou informado e que só ficou sabendo pela mídia.
36 Mencionou que isso era muito ruim para a relação do Conselho com o Ministério, muito ruim para
37 relação com a Secretaria que desrespeitava muito do que está descrito na Lei do Conselho. Em
38 resposta a Ministra DAMARES ALVES, explicou que o Seminário sobre o feminicídio foi feito
39 pela Secretaria Nacional de Juventude e que cada Secretaria fez um evento relacionado ao tema

40 da Mulher e sua pasta e não um evento específico da SNPM. Citou sobre a campanha no Estado
41 do Mato Grosso de Sul, com profissionais de beleza atuando como uma espécie de psicólogo, para
42 abordar e identificar mulheres que estão sendo vítimas de violência. Em sequência a Conselheira
43 JUREUDA DUARTE GUERRA da do Conselho Federal de Psicologia (CFP), expressou a
44 preocupação das colocações do texto da Campanha que caracteriza o profissional de beleza como
45 um psicólogo, explicou que dessa maneira desqualificaria uma categoria profissional que tem toda
46 uma formação, que seria uma campanha que esvaziaria o debate em relação à violência e as
47 políticas públicas. Falou que para o Conselho Federal de Psicologia a campanha é complicada e
48 preocupante, pois a violência de gênero é muito maior do que o desejo de sair da situação de
49 violência e que as políticas públicas precisam ser valorizadas. Após, a Conselheira de Notório
50 Conhecimento, MARIA DE LOURDES BARRETO se apresentou e elogiou a fala da Ministra em
51 pedir a ajuda o Conselho. Deixou claro sua luta contra a violência à mulher e em defesa aos direitos
52 às mulheres privadas de liberdade, catadoras e profissionais do sexo. Concordou com a fala da
53 Conselheira Jureuda Guerra e afirmou que as políticas públicas precisam ser valorizadas. Em
54 seguida a Conselheira JOVANNA CARDOSO DA SILVA do Fórum Nacional de Travestis e
55 Transexuais Negras e Negros (FONATRANS), fala que ao mesmo tempo em que o Governo se
56 diz totalitário, não se respeitam as diferenças e que há necessidade de ser discutida a violência
57 contra as mulheres transexuais, pois o Brasil é o país que mais matam mulheres no mundo.
58 Ressaltou que a feminilidade precisa ser discutida em toda sua pluralidade e que o governo atual
59 precisa tomar providências quanto a violência contra a mulher. Em resposta a Ministra DAMARES
60 ALVES faz uma breve explicação quanto ao departamento LGBT no Ministério e reconhece que
61 os números de violência contra os LGBTs são altos e está empenhada em buscar soluções.
62 Destacou que toda sociedade precisa contribuir com a luta da violência contra a mulher e que está
63 em atenção especial com a comunidade LGBT. Após a Conselheira VANJA ANDREA REIS DOS
64 SANTOS da União Brasileira de Mulheres (UBM), afirma que o Conselho está para colaborar e
65 ajudar a construir as políticas públicas e efetivar as que já existem. Ressaltou que o Conselho
66 gostaria de feedback do Governo e faz um apelo para que a Sociedade Civil possa participar,
67 contribuir, opinar e interagir nas políticas que o governo decide para as mulheres. Em sequência a
68 Conselheira MARA LUZIA FELTES da Central Única dos Trabalhadores (CUT), mencionou que
69 se sentiu incomodada em algumas falas da Ministra e em dizer que reescreveria as políticas para
70 as Mulheres e que o Conselho tinha feito muitas coisas boas que a Conselheira gostaria que fossem
71 resgatadas, fortalecidas e outras criadas. Em resposta a Ministra DAMARES ALVES explicou que
72 o MMFDH foi feito para uma reestruturação e que o Ministério é muito importante. Após, pediu
73 licença, pois estava atrasada para outra agenda, se despediu e encerrou sua fala. A Presidente TIA
74 ERON fez referência a Lei no 11.340, DE 7 DE Agosto DE 2006 e contou de um momento
75 marcante da ida da Conselheira Maria da Penha à Salvador/BA. E explicou que o sonho que está
76 no coração do novo governo é um novo momento e esse seria o motivo em dizer que seria reescrito.
77 Elogiou a Lei Maria da Penha. Em ato contínuo, a Conselheira JEANETE ASSAD MAZZIEIRO
78 do Fórum de Mulheres do MERCOSUL-(FMM Brasil), citou que o CNDM foi fundamental para
79 a aprovação da Lei Maria da Penha e que o mérito também seria do Conselho. Em sequência a
80 Conselheira Emérita MARIA DA PENHA MAIA FERNADES, contou detalhes de sua história de
81 violência pelo seu ex-marido, das dificuldades que sofreu em se recuperar e buscar por justiça,
82 pois na época em que sofreu violência em 1983 não existia delegacia da mulher. Afirmou que a
83 construção e desconstrução de qualquer cultura só acontecem através da educação. Mencionou o
84 Instituto Maria da Penha, de como estão os trabalhos e projetos contra a violência à mulher e fez
85 sugestões quanto ao projeto Casa da Mulher Brasileira, que em cada município fosse criado um
86 centro de referência para as vítimas de violência e em pontos estratégicos. A Presidente TIA ERON

87 agradeceu a fala da Conselheira Maria da Penha e pediu para que a Secretária Nacional de Políticas
88 de Promoção da Igualdade Racial, Sandra Terena fizesse parte da mesa diretora no assento que a
89 Ministra se ausentou. Em seguida a Secretária Nacional SANDRA TERENA cumprimentou a
90 todos e agradeceu por estar presente. Mencionou que a Secretaria está desenvolvendo projetos para
91 dar visibilidade as mulheres africanas, quilombolas, ciganas e indígenas através do
92 empreendedorismo. Concordou com a fala da Conselheira Maria da Penha em dizer que o combate
93 à violência é através da educação. Após, a Secretária Adjunta ROSINHA ESTRELA
94 cumprimentou a todos e agradeceu por fazer parte da nova gestão. Citou algumas experiências na
95 política e como conselheira. Agradeceu a Conselheira Maria da penha pela luta contra a violência
96 à mulher. Ressaltou a importância da fala de cada conselheira e das diversidades que ali estavam
97 presentes, e informou que o trabalho mais importante era conseguir efetivar a Lei dos direitos da
98 mulher e a busca pela igualdade. Em seguida o Colaborador JORGE GONÇALVES se apresentou
99 e cumprimentou a todos, agradeceu por compor a mesa diretora. Mencionou o papel da Secretaria
100 para com o CNDM e a missão das Conselheiras. Citou que os números de violência contra a mulher
101 são altos e afirmou que precisam ser combatidos, que a mulher precisa ser tratada com respeito e
102 se colocou à disposição para colaborar para que as políticas públicas saiam do papel. Após, a
103 representante da Consultoria Jurídica do MMFDH, ELAINE MENEZES cumprimentou a todos e
104 fez agradecimentos por estar presente. Citou o Código Civil de 1916 onde a mulher precisava da
105 permissão do marido para decisões e escolhas, como tudo evoluiu que hoje é importante a mulher
106 manter a evolução dos direitos e colocou a Consultoria Jurídica do MMFDH à disposição do
107 Conselho. Em seguida, a Presidente TIA ERON Agradeceu e fez elogios ao Conselho. Afirmou
108 que os maiores adversários não são os homens e sim o machismo, o preconceito, a discriminação
109 e o crime. Desculpou-se pelo atraso e por não conseguido entrar na pauta. Em ato contínuo, a
110 Conselheira EUNICE APARECIDA DA CRUZ da Federação das Associações de Mulheres de
111 Negócio e Profissionais (BPW-Brasil), solicitou que as cadeiras fossem postas em formato “U”,
112 uma vez que estavam em formato escolar. Em sequência, a Conselheira MARIA DE LOURDES
113 BARRETO fez questionamentos sobre o atraso das diárias, que até então não tinham sido
114 depositadas e concordou com a Conselheira Eunice Cruz. A Presidente TIA ERON em ao
115 contínuo, garantiu que no período da tarde, a reunião começaria no formato “U” das cadeiras no
116 auditório e encerrou a reunião no período matutino. No período da tarde do dia 02 de abril, a
117 Presidente TIA ERON abriu a reunião com uma chamada para simples conferência. Após, a
118 Presidente Suplente ROSINHA ESTRELA iniciou o assunto na pauta com as orientações
119 administrativas do Conselho dizendo a importância de coloca-las em prática para que problemas
120 sejam evitados e prazos sejam cumpridos, mencionou o caso da Conselheira Vanja Santos que
121 perdeu o prazo para emissão de passagens, pois tinha registro no SCDP de outra reunião, no mesmo
122 período da reunião do CNDM. Citou que os espaços de realização das reuniões seriam cedidos
123 pelo MMFDH e não mais alugados e que a Secretaria teria sido alertada a não realizar as reuniões
124 da sociedade civil custeando passagens e diárias um dia antes do início oficial da reunião. Em
125 sequência, a Conselheira EUNICE APARECIDA DA CRUZ solicitou que os formulários de
126 relatório de viagem, que seguem como **ANEXO III** desta Ata, fossem distribuídos para as
127 Conselheiras e serem entregues ao final da reunião juntamente com o check-in, para dar agilidade
128 a prestação de contas. Após, a Conselheira MARIA DE LOURDES BARRETO argumentou que
129 a reunião da sociedade civil era de muita importância antes da abertura oficial da reunião.
130 Concordou com a fala da Conselheira Eunice Cruz e citou sobre a necessidade de discutir políticas
131 públicas para as mulheres da melhor forma com carinho e afeto. Em seguida, a Conselheira MARA
132 LUZIA FELTES, defendeu que a o encontro da sociedade civil era fundamental para a reunião do
133 CNDM. Em sequência, a Presidente Suplente ROSINHA ESTRELA informou que seria pensado

134 como a reunião da sociedade civil seria ajustada na pauta das próximas reuniões. Após, a
135 Conselheira CHOPELly DOS SANTOS da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais
136 (ANTRA) citou sobre a gestão da Eleonora Menicucci, das dificuldades da organização do
137 Conselho com as constantes mudanças e explicou o surgimento e organização da reunião da
138 sociedade civil. A Conselheira VANJA ANDREA REIS DOS SANTOS explicou que perdeu o
139 prazo de passagens porque tinha uma reserva no SCDP de outra reunião e que abriu mão para
140 participar da reunião do CNDM e questionou a falta de pronta resposta da equipe técnica da
141 Secretaria Executiva do CNDM. Em resposta a Presidente Suplente ROSINHA ESTRELA pediu
142 desculpas e explicou que todos os procedimentos foram feitos em tempo hábil, porém o SCDP não
143 liberou a passagem. Em seguida, a Conselheira CLEIDE SILVA PEREIRA PINTO da Federação
144 Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRADE) citou das dificuldades como
145 trabalhadora doméstica em participar das reuniões e principalmente com a falta das diárias que até
146 o momento não tinham sido depositadas. A Conselheira CRISTIANE YUKIKO KONDO
147 questionou a falta de publicação da portaria das substituições das Conselheiras Gláucia Morelli e
148 Sheila Sabag, que até o presente momento não teriam resolvido. Mencionou o Art. 21, Inciso III
149 da portaria nº 298, de julho de 2018 do Ministério dos Direitos Humanos, para procedimentos de
150 passagens e diárias, que diz: “o horário de chegada do voo deve anteceder o horário previsto para
151 o início dos trabalhos em, 3 horas”. E continuou afirmando que o encontro é importante antes da
152 abertura e que a reunião da sociedade civil poderá acontecer, conforme portaria. Em resposta, o
153 Colaborador JORGE GONÇALVES citou a necessidade de organização administrativa para
154 andamento dos processos dentro das normas estabelecidas e explicou que foi iniciado o processo
155 de publicação de portaria informalmente para agilidade do processo, mas que haveria necessidade
156 de envio de documentos oficiais via correio, por meio das Entidades solicitantes, para que a
157 publicação de portaria fosse efetivada e a emissão de passagens acontecesse. Após, a Conselheira
158 MARIA DE LOURDES BARRETO propôs que em algum momento as Conselheiras relatassem
159 o funcionamento de cada Instituição. Mencionou que muitos movimentos sociais presentes, têm
160 dificuldades em muitos aspectos. Finalizou dizendo que é importante ouvir os dois lados da moeda.
161 Neste momento a Presidente TIA ERON pediu questão de ordem na vez de cada Conselheira falar,
162 pois houve muitas falas ao mesmo tempo. Após, a Dra. ELAINE MENEZES da Consultoria
163 Jurídica do MMFDH, concordou com a fala do Dr. Jorge Gonçalves e citou que haveria um
164 desconforto na aplicação da formalidade, mas que seria necessária para dar transparência nos
165 procedimentos. Explicou que não seria má-fé da parte administrativa do CNDM em não autorizar
166 passagens para as Substitutas das Conselheiras indicadas pelas Entidades, mas que haveria um
167 procedimento a ser cumprido para aprovação dessa substituição e publicação de portaria. Após, a
168 Conselheira CLEIDE SILVA PEREIRA PINTO, esclareceu que apesar das dificuldades, tem
169 acesso a internet e que não ficou satisfeita com as respostas da Secretária Executiva do CNDM,
170 referente a demora de pagamento das diárias. Em seguida, a Conselheira JULIANA CARLA DE
171 FREITAS do Ministério da Saúde, se apresentou e agradeceu a sua presença no Conselho.
172 Concordou com a fala da Chopelly Santos e da Maria de Lourdes. Falou da importância de fazer
173 os procedimentos conforme a Lei, usando a formalidade para que não se perca a razão. Mencionou
174 a colocação da Conselheira Cristiane Kondo, sobre a portaria de nº 298 e ressaltou que tudo precisa
175 ser analisado com muito cuidado, pois a Lei está acima da portaria. Citou a Lei nº 7.353, de agosto
176 de 1985, sobre a criação do CNDM, onde se refere a composição do Conselho. Em seguida, a
177 Presidente TIA ERON, elogiou a Conselheira Juliana de Freitas pelas suas colocações e a
178 Conselheira Cristiane Kondo pela sua atenção na portaria nº 298. Após, a Conselheira
179 CRISTIANE YUKIKO KONDO, deixou registrado que as entidades (Confederação Nacional das
180 Mulheres do Brasil e Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos

181 Reprodutivos) não receberam passagens para suas titulares e nem para as entidades suplentes. Em
182 resposta, o Colaborador Dr. JORGE GONÇALVES, explicou o que aconteceu referente ao
183 processo de substituição de Conselheiras, não foi um fato despercebido, pois tudo foi muito bem
184 relatado, registrado e encaminhado ao Departamento Jurídico do MMFDH. Falou que o atraso da
185 oficialização da substituição solicitada pelas Entidades não se deu por meio da organização
186 administrativa e sim pelos documentos recebidos por e-mail, que suscitou dúvidas e foram
187 encaminhados para análise jurídica do Ministério, e que a Secretaria está aguardando o parecer
188 jurídico, para que posteriormente seja apresentado ao Pleno. Citou que o regimento precisa ser
189 revisto em vários pontos, principalmente em pontos éticos, que seria necessário ter uma atenção
190 muito forte no sentido da titularidade e suplência, até que ponto uma suplente exerceria uma
191 titularidade quando uma entidade titular cometesse alguma falta. Em resposta, a Conselheira
192 CRISTIANE YUKIKO KONDO questionou que foi mal interpretada e explicou que se a entidade
193 titular não pode comparecer a reunião, que a entidade suplente seja convocada e pediu para que
194 exista uma comunicação respeitosa em tempo hábil para que as organizações pudessem se
195 programarem e que se fizesse de forma objetiva e clara. Em ato contínuo, a Presidente TIA ERON,
196 pediu para que a Secretária Executiva do CNDM, Leidiane Silva fizesse o uso da palavra para
197 esclarecimentos. Após, a LEIDIANE SILVA explicou que foi recebido, via e-mail, ofícios de
198 solicitação de substituição de representantes das entidades Confederação Nacional das Mulheres
199 do Brasil e Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, mediante
200 a isso, toda documentação foi preparada para a publicação de portaria da substituição, mas houve
201 a necessidade de solicitar às instituições os ofícios originais, via correio, a entidade Rede Nacional
202 Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, enviou, mas chegou fora do prazo
203 de emissão de passagens, conforme portaria nº 298, de julho de 2018 do Ministério dos Direitos
204 Humanos, por essa razão a representante substituta não foi convocada e a entidade suplente, foi
205 convocada e todo processo para que a emissão de passagens também foi realizado, mas o SCDP
206 não permitiu pelo prazo expirado. Explicou que a representante da entidade Confederação
207 Nacional das Mulheres do Brasil no CNDM, Gláucia Morelli se recusou a enviar via correio o
208 ofício original e solicitou suas passagens para participar da reunião, pois até o momento não se
209 oficializou a substituição e que entregaria o ofício pessoalmente, mas o prazo de emissão de
210 passagens também já tinha se encerrado, impossibilitando a convocação da suplência. Após, a
211 Conselheira MARA LUZIA FELTES, questionou a fala do Dr. Jorge Gonçalves e disse que se
212 sentiu incomodada com a maneira que foi abordada o assunto da substituição de representante. E
213 pediu que o assunto não fosse abordado em caráter duvidoso. Em resposta, a Presidente TIA
214 ERON, explicou que as colocações do Dr. Jorge Gonçalves foram de maneira cuidadosa, pediu
215 paciência e calma, pois as questões administrativas são chatas, mas que precisam ser discutidas
216 naquela tarde. Em seguida, a Dra. ELAINE MENEZES da Consultoria Jurídica do MMFDH
217 afirmou que todas as medidas administrativas são necessárias para preservar o CNDM, o
218 Ministério e a Secretaria, e que todos estão submetidos a Lei e deve ser cumprida. Informou que
219 toda documentação está sendo apurada pela consultoria jurídica do Ministério e que a questão seria
220 resolvida. Em sequência, a Conselheira EUNICE CRUZ questionou o tempo avançado e propôs
221 entrar imediatamente na pauta, para que o tempo da reunião fosse otimizado. Em seguida, a
222 Presidente TIA ERON, pediu tolerância e calma, pois o assunto seria necessário no primeiro
223 momento. Após, a Conselheira CHOPELLO DOS SANTOS fez um breve relato de sua luta em
224 favor das mulheres travestis e transexuais no Conselho. Falou para o Dr. Jorge Gonçalves a
225 necessidade de ponderar com as palavras. Citou da necessidade de uma coordenação competente
226 no Conselho, pois o que estragou o Conselho foram as inúmeras pessoas incompetente que
227 gerenciaram a coordenação executiva do CNDM, causando mal-estar às conselheiras. A Presidente

228 TIA ERON, informou que a Eliana Calmon é sua indicação para coordenação do CNDM. E
229 reiterou que foi de inteira importância trazer cada questão abordada na reunião. Em seguida, a
230 Conselheira SONIA MARIA ZERINO DA SILVA da Confederação Nacional dos Trabalhadores
231 na Indústria (CNTI), mencionou a importância do Conselho em ouvir e citou que erros acontecem,
232 mas que muitas coisas precisam ser ajustadas de forma esclarecedora com retorno. Questionou que
233 até o momento as atas não tinham sido aprovadas e não tinham entrado na pauta para discurso.
234 Após, a Presidente TIA ERON mencionou que as recomendações da Ministra Damares Alves,
235 foram para que escutasse o Conselho com muita atenção. Em seguida, a Conselheira CRISTIANE
236 YUKIKO KONDO questionou que o encaminhamento das sugestões para inclusão na pauta pelas
237 Conselheiras, não foram incluídas na pauta. Em resposta, a Presidente explicou que recebeu,
238 confirmou recebimento e leu atentamente, mas que essas sugestões de pauta poderiam ser ditas
239 durante a reunião. Em ato contínuo, a Conselheira CRISTIANE YUKIKO KONDO responde que
240 é necessárias sugestões inseridas em pauta. A Presidente então sugeriu reformular a Pauta com as
241 Presidentes das Câmaras Técnicas, a qual segue como **ANEXO I** desta Ata. No período da **manhã**
242 **do dia 03 de abril de 2019**, registra-se a ocorrência da reunião das Câmaras Técnicas. No início
243 da tarde do mesmo dia, abriu-se a reunião. A Conselheira CHOPELly DOS SANTOS relatou que
244 como **PROPOSTA** para a Secretária Nacional Tia Eron, representação de Conselheiras para os
245 eventos que cada entidade promovia e que fosse trazido para o Conselho um “produto” dessas
246 experiências. Com isso foi elencado dois eventos, o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais
247 Negras e Negros – FONATRANS, que se realizará no período 13 a 16 de junho de 2019 e o convite
248 da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ. Também foi proposto, que
249 cada Câmara técnica fosse acompanhada por uma técnica da Secretaria, para auxiliarem nos
250 trabalhos das câmaras. E reuniões temáticas nas reuniões ordinárias do CNDM informando que
251 para as próximas reuniões ordinárias entrasse como pautas específicas temas como: Sacrifício de
252 Crianças Indígenas com a participação da Secretária Nacional Sandra Terena e Saúde da
253 Mulher/HPV com participação da Conselheira Mônica Neri do Ministério da Saúde. Mencionou
254 que as câmaras técnicas se reuniram e trouxeram propostas de Grupos de Trabalho como: Mulheres
255 Privadas de Liberdade e Previdência e sugeriu que na manhã do dia seguinte de reunião fosse
256 apresentada melhor proposta sobre os GTs, para aprovação do pleno. Citou que Jovanna Baby
257 propôs que o CNDM tivesse participação em audiência pública para que o Conselho tivesse uma
258 participação mais afetiva com o Congresso. Falou da necessidade de uma reunião Extraordinária
259 no mês de maio para dar andamento a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres,
260 propondo as datas 13 e 14 de maio de 2019, a reunião da Comissão Organizadora da V CNPM e
261 15 a 17, reunião do Conselho para discutir e aprovar documentos da V CNPM, mencionou que no
262 dia 15 de maio a Presidente propôs uma audiência na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.
263 Após, a Conselheira JOVANNA DA SILVA mencionou que o feminicídio está em um grau
264 insuportável no Brasil e por isso a necessidade de trazer a responsabilidade do Congresso Nacional
265 para essa política. Em seguida, a Conselheira CHOPELly DOS SANTOS citou que alguns
266 conselhos enxergou a necessidade do CNDM sair um pouco de Brasília, pois muitas mulheres não
267 tem o conhecimento dele, então houve uma proposta de alguns conselhos que uma reunião do
268 CNDM fosse itinerante, para acontecer em um Estado que estivesse ocorrendo altos índices de
269 temas específicos e mencionou que esta proposta foi aprovada em reuniões de gestão passada e
270 explicou que a primeira reunião itinerante foi em Florianópolis com tema “Fazendo Gênero”, onde
271 se reuniram o maior número de mulheres e suas diversidades, ressaltando que o CNDM esteve
272 presente. **PRODOC:** A presidente Suplente ROSINHA ESTRELA explicou que o PRODOC é
273 um convênio com a ONU, que no momento se encontra em tratativas e apresentação de novo plano
274 para ser discutido entre ABC, ONU e SNPM. Mencionou que este assunto seria tratado com a

275 assessoria internacional do MMFDH, mas que a Assessora Técnica Jade Christinne da Costa de
276 Paula dos Santos, seria o ponto focal da SNPM e explicou que do mesmo modo aconteceria com
277 a assessoria parlamentar que estaria sobre a responsabilidade do Ministério. A Conselheira
278 LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE da Associação Maylê Sara Kalí (AMSK/BRASIL)
279 pediu o esclarecimento sobre a assessoria internacional, e perguntou se haveria uma coordenação-
280 geral no Ministério e em cada Secretaria teriam seu ponto focal para assuntos internacionais. Em
281 resposta, a Presidente Suplente ROSINHA ESTRELA confirmou o raciocínio da Conselheira. Em
282 seguida, a Presidente TIA ERON, entrou no segundo item da pauta, leitura e aprofundamento do
283 Decreto 9.586 de 27 de novembro de 2018. Em ato contínuo, a Conselheira Suplente ADÉLIA
284 MIREIRA PESSOA do Instituto Brasileiro de Direitos da Família (IBDFAM) citou que o Plano
285 Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foi alterado em alguns aspectos e explicou que o
286 Conselho teria observações a fazer, que na medida do possível se gostaria de contribuir ao debate.
287 Em sequência, a Conselheira JULIANA DE FREITAS informou que a Conselheira Mônica Neri
288 havia sido exonerada a pedido, mas avisou que ela estaria à disposição do CNDM. Explicou a
289 preocupação do governo atual na legitimidade do Conselho. Explicou que a audiência pública pode
290 ser solicitada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal nos termo do regimento de cada
291 caso encaminhando um ofício pelo CNDM, pois haveria a necessidade de ser requisitado em
292 audiência pública. Fez uma provocação ao Conselho no sentido de aprofundamento do Decreto
293 9.586 de 27 de novembro de 2018 e todas as ações do Conselho. Mencionou a Lei nº 7.353, de 29
294 de agosto de 1985, sobre a criação do CNDM, onde leu o Art.6º que se refere à composição do
295 Conselho e manifestou sobre assunto. Com os argumentos apresentados da Conselheira sobre a
296 Lei de criação do CNDM, a Conselheira LUCIMARA CAVALCANTE da Associação Maylê Sara
297 Kalí (AMSK/Brasil) pediu Questão de Ordem. A Presidente não entendeu a solicitação. A
298 Conselheira LUCIMARA CAVALCANTE da Associação Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil)
299 salientou que a representante do Ministério da Saúde não apresentava sugestões a pauta que é de
300 análise do Decreto 9.586 de 27 de novembro de 2018, e sim inserindo um assunto que não está em
301 pauta. A Conselheira JULIANA DE FREITAS afirmou que o momento era oportuno para
302 apresentação das questões afetas a Lei de criação do CNDM. A Conselheira LUCIMARA
303 CAVALCANTE da Associação Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil) perguntou se os questionamentos
304 apresentados pela Conselheira tinham aquiescência do Ministro da Saúde ou era manifesto de sua
305 própria opinião. Houve muitas manifestações da parte das demais Conselheiras presentes na
306 reunião sobre a pauta aprovada no pleno e que a análise da Lei de criação do CNDM não era
307 assunto de pauta. A Presidente pediu ordem na reunião e explicou que era de seu interesse entender
308 o que a Conselheira estava trazendo ao Conselho. A Conselheira JULIANA DE FREITAS
309 continuou e disse que o papel dela era de assegurar a legitimidade das decisões do Conselho e que
310 sua intenção era de ajudar, mencionando que tudo que o Conselho fazia estava sob a égide de uma
311 nulidade possível e que precisavam conversar, questionando que não a deixavam falar. Em
312 sequência a Presidente pediu que a equipe de apoio recolhesse o microfone da Conselheira Juliana
313 de Freitas e segurasse o microfone da Conselheira Lucimara Cavalcante, neste momento ouve
314 muitas falas ao mesmo tempo sem o uso do microfone. A Presidente continuou dizendo que esse
315 é um assunto que paira sobre a cabeça do Conselho como uma espada e que era de seu interesse
316 entender o que a Conselheira Juliana de Freitas estaria trazendo e pediu permissão para que a
317 Conselheira terminasse o raciocínio para que pudesse entender e concluir. Em seguida a
318 Conselheira LUCIMARA CAVALCANTE pediu atenção da sociedade civil em relação a pauta
319 sobre o decreto e disse que ela enquanto a MSK (Associação Maylê Sara Kalí) estaria presente e
320 aceitaria, mas não aceitaria adentrar em uma lei de criação do conselho para explicar o decreto.
321 Então continuou pedindo para que relatasse os pontos falhos do Decreto nº 9.589. Após, a

322 ROSINHA ESTRELA pediu permissão pra falar e mencionou que não entendeu o porquê da
323 confusão, e se um raciocínio começa ele precisa ser terminado, falou que a Presidente definiu que
324 a Conselheira Juliana de Freitas iria falar, sendo assim, que deixassem ela falar, para
325 posteriormente cada uma se manifestar e citou que estaria anotando o nome de cada Conselheira
326 que levantasse a mão. Em seguida a Conselheira JULIANA DE FREITAS disse não estar na
327 reunião como inimiga de ninguém e não seria sua intenção acabar com o Conselho, que de fato o
328 que desejava era validar tudo que estava sendo falado no Conselho. Explicou que a lei estabelece
329 uma coisa e um decreto veio e estabeleceu outra, contrária a lei, e isto era questionável da mesma
330 maneira que o Conselho questionava a impropriedade do Decreto nº 9.586, de 27 de novembro de
331 2018, onde fala somente da violência doméstica, do combate e não fala de enfrentamento. Sugeriu
332 que fosse feito uma revisão do Decreto e do Regimento Interno do CNDM. E finalizou dizendo
333 que essa seria a interpretação de uma pessoa que teria 25 anos de Câmara, de uma advogada e de
334 outras que estão assustadas. Em seguida a Presidente agradeceu a fala da Conselheira Juliana de
335 Freitas e passou a palavra para a Conselheira Eunice Cruz. A Conselheira EUNICE CRUZ disse
336 que a incomodou a Conselheira Juliana de Freitas ir além do item da pauta, mas como advogada
337 explica que quando se trata de questões jurídicas e quando há falhas e vícios, todas no momento
338 estariam sujeitas a terem nulidade e anulações dos seus atos, e sugeriu que parassem para pensar
339 sobre o assunto, mas que não seria o momento para essa discussão e pediu as suas colegas um
340 pouco mais de rito oficial na reunião. A Conselheira DEUSIMAR CORRÊA da Rumkpamey
341 Héviôsô Zoonokum Mean pediu que da próxima vez que se composse a mesa, não se colocasse
342 um homem, e explicou que a incomodou que ele veja as Conselheiras se descompensando e
343 sentado pedindo silêncio a elas. Em resposta, a Presidente disse que respeita o incômodo da
344 Conselheira e explicou a necessidade de trazer os homens e todos para a luta da violência contra a
345 mulher. A Conselheira MARA FELTES concordou com a Conselheira Deusimar Corrêa e disse
346 que se sentiu incomodada com fala da Conselheira Juliana de Freitas, lamentou o comportamento
347 dela. Discordou com a abordagem da Conselheira Eunice Cruz e mencionou que sempre teve
348 tratamento respeitoso por parte do governo. A Conselheira FRANCIMAR SANTOS JUNIOR da
349 Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate à Violência, iniciou sua fala cumprimentando a
350 todos e falou: “Primeiro eu quero falar sobre a postura das mulheres que são feministas. Nós nunca
351 rejeitamos homens do nosso lado, jamais. Eu sou ativista feminista negra desde os 7 anos de idade
352 quando eu tive que me defender dos colegas que é entendido por muitas pessoas aqui dentro talvez
353 e fora que são brincadeiras, os apelidos de macaca, de negra e disso daquilo, nós nunca nos
354 movimentos feministas negro desejamos que os homens ficassem à parte da nossa luta, ao
355 contrário, sempre estamos no processo educacional para que respeitem a nossa postura e nós
356 sucessivamente os respeite também. O senhor Jorge ele desde ontem estou sendo ofendida pela
357 postura de macho, não é postura de colaborador, é postura de macho. Pára, se acalma, isso ou
358 aquilo. Eu não aceito de forma alguma, tudo bem, a secretária escolheu um colaborador homem,
359 isso é parte da secretaria, mas o colaborador poderia estar aqui em qualquer cadeira dessa como
360 todas nós, que me permita, se o colaborador quer ajudar a este conselho, que esqueça a sua
361 masculinidade, esqueça o seu poder de fala e fique como nós, eu aceito a sua colaboração, mas
362 também eu peço respeito. Segundo, a companheira mulher, eu sou historiadora, se alguém conhece
363 aqui toda a autonomia que eu tenho como historiadora no Amazonas, negra e nascida em Manaus,
364 você talvez ficaria ofendida, eu me ofendi muito com a sua fala, muito mesmo e eu fico
365 envergonhada porque jamais nesse conselho alguém pode dizer o que é e o que não é para poder
366 mandar outras mulheres calarem. Isso é muito feio para todas nós, é muito ruim para nós, e olha,
367 sempre nas reuniões de governo e sociedade civil nós temos a prática de respeitar uma a outra
368 tanto dos movimentos sociais e tanto do governo. A pauta era a câmara técnica de monitoramento

369 e era o decreto, ninguém estava discutindo outras leis disso, daquilo, do conselho, a pauta era o
370 decreto que na câmara técnica, me permita, se a senhora queria colocar alguns erros e todos mais,
371 isso que a senhora colocou, a senhora deveria ter participado da nossa reunião da câmara técnica
372 de monitoramento e trazer tudo isso, aí sim, nós todas da câmara técnica iríamos colocar como
373 pauta aqui para a nossa secretária aprovar ou não. Obrigada”. Finalizou agradecendo e foi
374 ovacionada. Após, a Conselheira ADÉLIA MIREIRA PESSOA esclareceu que pela manhã toda a
375 Câmara Técnica do PNPM discutiu detalhes sobre o Decreto nº 9586, de 27 de novembro de 2018,
376 que institui o Sistema Nacional de Combate à Violência e o Plano Nacional de Políticas para as
377 Mulheres. Explicou que este decreto trazia um novo norte no eixo da violência contra a mulher. A
378 Conselheira CHOPELLO DOS SANTOS propôs que o Decreto nº 9586, fosse discutido entre as
379 Câmaras Técnicas de Legislação e Normas e Monitoramento do PNPM, para que posteriormente
380 fosse trazido ao pleno apreciar e aprovar um perfil do Decreto. Citou que se incomodou muito com
381 a fala da Conselheira Juliana de Freitas. A Conselheira JUREUDA GUERRA sugeriu que naquele
382 momento fosse levado ao pleno os assuntos discutidos pelas Câmaras Técnicas no período da
383 manhã. A Conselheira EUNICE CRUZ pediu atenção para a legalidade das Conselheiras que tem
384 direito a voz e voto e questionou que a Conselheira Adélia Pessoa não estava em exercício de
385 titularidade. Em sequência, a Presidente concordou com a posição da Conselheira Adélia Pessoa
386 como suplente da Conselheira Vanja dos Santos. A Presidente Suplente ROSINHA ESTRELA
387 registrou que ficou desconfortável com a falta de respeito entre as Conselheiras e com a confusão
388 que se formou e pediu mais calma. A Presidente TIA ERON pede para prosseguir com a pauta no
389 item de apresentação e dos encaminhamentos realizados e a situação atual o processo de
390 implementação do Sistema de Políticas Públicas para as Mulheres. A Conselheira CRISTIANE
391 KONDO, propõe questão de ordem, faz a leitura da listagem das Conselheiras titulares e suplentes
392 que compõem a Categoria B (Organização de Caráter Sindical, Associativa, Profissional ou de
393 Classe, que atuam na promoção dos direitos das mulheres) indicando as representações presentes
394 e conclui que a Conselheira Adélia Pessoa está exercendo a titularidade regimentalmente na
395 presente reunião. A Conselheira LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE sugeriu que as
396 Câmaras Técnicas de Legislação e Normas e a de Monitoramento do PNPM, fizessem uma nota
397 técnica sobre o aprofundamento do Decreto nº 9586, de 27 de novembro de 2018 e na próxima
398 reunião apresentasse ao Conselho, sem a necessidade de leitura no presente momento. A
399 Conselheira MARA FELTES solicitou que se fizesse a aprovação das Atas. A Conselheira
400 CHPELLO DOS SANTOS, em resposta a Conselheira Adélia Pessoa, explicou que as Câmaras
401 Técnicas de Legislação e Normas e a de Monitoramento do PNPM, se debruçariam sobre o Decreto
402 nº 9586 e na próxima reunião extraordinária seriam apresentados subsídios ao pleno e em
403 sequência dariam início a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. **APROVAÇÃO**
404 **DAS ATAS:** O Pleno em acordo por unanimidade dispensou a leitura das Atas e **APROVARAM-**
405 **SE** as Atas da 53ª e 54ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A
406 Conselheira JULIANA CARLA DE FREITAS se absteve da aprovação das atas e de qualquer
407 votação e explicou que somente passaria a votar no Conselho após ser dirimido a questão levantada
408 no pleno sobre a legalidade e funcionamento do decreto. A presidente TIA ERON deu por
409 encerrada a reunião naquela tarde. **Na manhã do dia 04 de abril de 2019**, a Presidente TIA ERON
410 abriu a reunião informando que teria sido comunicada pela Conselheira Lucimara Cavalcante,
411 sobre o dia dos Povos Romani e ressaltou o interesse na Secretaria no assunto. A Conselheira
412 LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE fez uma breve explicação sobre o dia internacional dos
413 Povos Romani e distribuiu um livreto para todos os presentes na reunião. A Conselheira Suplente
414 EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA fez o registro de mais um
415 feminicídio no Estado de Santa Catarina, uma jovem advogada, Lucimara Stasiak. E se

416 solidarizou por todas as demais vítimas do feminicídio. A Presidente pediu que ao final da reunião
417 fosse feito um minuto de silêncio em homenagem a memória de cada mulher morta e vítima da
418 violência doméstica. **RELATORIA DAS CÂMARAS TÉCNICAS:** As Atas das Câmaras
419 Técnicas seguem como **ANEXO II** desta Ata. A Conselheira JEANETE ASSAD MAZZIEIRO
420 apresentou a Assessora Técnica JADE CHRISTINNE DA COSTA DE PAULA DOS SANTOS
421 como relatora da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais que fez a leitura da Ata.
422 **DELIBERAÇÕES** no âmbito das Câmaras: **Câmara Técnica de Assuntos Internacionais:**
423 Acordou-se a permanência do atual Plano de Trabalho até o prazo final do mês de agosto de 2019,
424 devido aprovação do documento em atas anteriores. A partir do mês de agosto de 2019
425 procederiam com uma nova revisão do Plano de Trabalho da referida Câmara Técnica. **DECIDIU-**
426 **SE** a designação das Conselheiras Eleonora Santos da Secretaria Nacional de Proteção Global,
427 Gabriela da Silva da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Emily
428 Silva da Secretaria Nacional de Proteção Global, como suplente e como relatora a Assessora
429 Técnica Jade Christinne da Costa de Paula dos Santos, para participarem efetivamente da Câmara
430 Técnica de Assuntos internacionais. **DELIBEROU-SE** que os ofícios do Plano de Trabalho serão
431 encaminhados para a Secretaria Executiva do CNDM afim de que esta efetive o encaminhamento
432 dos ofícios estabelecidos no Plano de Trabalho da Câmara Técnica Internacional. Tratou-se de
433 participação da sociedade civil da Reunião de Ministras e Altas Autoridades do MERCOSUL
434 (RMAM) em Buenos Aires, Argentina, na data de 5 a 7 de junho (com a sugestão de Jeanete
435 Mazzeiro de que sejam no mínimo duas integrantes da sociedade civil para tal participação). E
436 discutiu-se participação da Câmara Técnica Internacional na organização da edição da RMAM a
437 ocorrer sob a gestão da presidência Pro Tempori do Brasil, no provável mês de outubro. A
438 Conselheira CRISTIANE YUKIKO KONDO disse: “Gostaria de perguntar para a câmara técnica
439 se foi discutido na reunião da câmara alguma coisa referente a participação do Brasil na CSW e
440 aquele infeliz posicionamento cheio de... como que era? “voto a favor, porém com ressalvas”,
441 ressalvas que foram vergonhosas internacionalmente inclusive, nacionalmente com certeza.
442 Gostaria de saber se isso foi discutido na câmara técnica”. Em resposta, a Conselheira JEANETE
443 ASSAD MAZZIEIRO mencionou que o assunto não foi abordado, pediu desculpas por não
444 lembra, mas ressaltou a importância do assunto e informou que não concordava com o
445 posicionamento do Brasil. Pediu para que a Conselheira Viviane Lopes Diniz explicasse o
446 cronograma de eventos internacionais que entregou à Câmara Técnica Internacional. A
447 Conselheira VIVIANE LOPES DINIZ mencionou que o Plano Nacional Mulher Paz e Segurança
448 foi renovado em março deste ano. Citou os principais eventos internacionais previstas para o ano
449 de 2019, que seriam: 07 a 8 de maio a 38ª Assembleia de Delegadas da Comissão Interamericana
450 de Mulheres, a se realizar em Santo Domingo, República Dominicana; 05 a 07 de junho a Reunião
451 de Ministras e Altas Autoridades do MERCOSUL (RMAAM), a se realizar em Buenos Aires e
452 em dezembro a 14ª Conferência Regional sobre a Mulher, a se realizar no Chile. Mencionou que
453 a próxima (RMAAM), provavelmente será realizada no Brasil. Informou que este ano de 2019 se
454 comemora 25 anos da Convenção do Belém do Pará. Pediu que para solicitação de informações e
455 dúvidas, primeiramente passassem pela Câmara Técnica de Assuntos Internacionais e
456 posteriormente ao Itamaraty. Em resposta, a Conselheira MARA LUZIA FELTES solicitou
457 informações quanto ao andamento da Conferência da Organização Internacional do Trabalho-OIT
458 que trata da violência de gênero no local de trabalho. Afirmou que o assunto é de grande
459 importância para as mulheres e para o CNDM. Em resposta, a Conselheira VIVIANE LOPES
460 DINIZ sugeriu que fosse formalizada essa solicitação e encaminhado ao Itamaraty e informou que
461 o assunto está sendo debatido na área responsável. A Conselheira MARA LUZIA FELTES
462 **SOLICITOU** que o Conselho fizesse um ofício e encaminhasse ao Itamaraty, para acompanhar

463 os encaminhamentos dessa Conferência da OIT. A Conselheira CRISTIANE YUKIKO KONDO
464 solicitou que o Itamaraty repassasse de forma resumida de como foi o posicionamento da CSW, e
465 deixou registrado que essa é a primeira vez que o Conselho não participa da preparatória. Pediu
466 que o Conselho fosse comunicado quando o Brasil precisasse falar pelas mulheres brasileiras.
467 Mencionou que pertencia a uma família de imigrantes e a entristeceu o posicionamento do
468 Presidente em falar mal do seu próprio povo e perguntou se o Itamaraty pensa nos impactos que
469 possam causar nos brasileiros que moram fora do Brasil. Em resposta, a Conselheira VIVIANE
470 LOPES DINIZ explicou que a pauta da CSW foi transversal e que tocou em temas de todos os
471 ministérios, mas que o papel do Itamaraty não era de articular a posição brasileira nesta
472 negociação. Disse que normalmente Itamaraty transmite tudo para a pasta principal do tema
473 (MMFDH) e contam com este ministério para que se faça a mobilização junto ao Itamaraty.
474 Explicou ainda que a delegação da CSW foi passada pelo MMFDH. A Presidente TIA ERON
475 explicou que o posicionamento do Brasil não era novidade que muitas vezes as pessoas não
476 entendem o que significa a participação da ONU. Pediu cuidado com as informações na mídia e
477 que as dúvidas deveriam ser dirimidas formalmente ao MMFDH e ao Itamaraty. Mencionou
478 resumidamente sua participação na CSW e informou que o tema que predominou foi sobre
479 meninas negras e questões raciais. A Conselheira SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA explicou
480 que ano passado participou da comissão da Conferência da OIT e pela primeira vez foram
481 abordadas questões de gêneros no mundo do trabalho, porém não houve consenso para conclusão
482 dos trabalhos, tendo em vista as questões de raça e LGBTs que os países africanos se opõem.
483 Mencionou que ficou sabendo que o Brasil não teria representante na reunião internacional do
484 OIT. Em resposta, a Conselheira VIVIANE LOPES DINIZ citou que ainda não foi definida a
485 delegação para o evento e haveria expectativa de envio de representante de Brasília. A Conselheira
486 SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA mencionou a importância da representação brasileira, pois
487 as questões de violência de gênero nas relações de trabalho são fortes, principalmente a questão
488 racial e identidade sexual, que foram motivos de não concluírem o debate na OIT ano passado. Em
489 seguida, a Conselheira EUNICE APARECIDA DA CRUZ informou que a BPW compareceu a
490 CSW com 15 associadas e fizeram questão de se fazer presente em outros eventos paralelos
491 representando o Brasil. Citou que a tradução simultânea para a língua portuguesa foi uma grande
492 conquista para o Brasil, falou que a BPW teve parte nessa conquista, facilitando a participação das
493 mulheres brasileiras. Mencionou que esteve presente do Fórum na Rússia com o tema: “A
494 importância do papel das mulheres nos países industriais”, e que essa oportunidade se deu
495 mediante a participação dela na CSW, mas que infelizmente era a única representante brasileira.
496 Solicitou informações em relação ao BRICS. A Presidente pediu que a Assessora Jade dos Santos
497 fizesse a devida formalização dos critérios para as delegações. Citou a importância da tradução
498 simultânea na CSW. A Conselheira LAUDELINA INÁCIO DA SILVA da Associação Brasileira
499 de Mulheres de Carreira Jurídica fez o registro de que pela primeira vez na história um país de
500 língua portuguesa assumiu a presidência da Federação Internacional, pois em novembro uma
501 moçambicana tomou posse como presidente Internacional da Federação. E solicitou que a Câmara
502 Técnica Internacional que enviasse uma carta para a presidente Internacional de Moçambique, se
503 solidarizando pelo ciclone tropical Idai, que deixou muitas crianças e mulheres desabrigadas. A
504 Conselheira CHOPELLY DOS SANTOS solicitou à Câmara técnica que informassem ao pleno
505 reuniões mais próximas, que o Conselho discutisse representantes para contribuir e se fazerem
506 presente nesses eventos. Pediu que a Secretária Nacional, nos seus eventos externos levasse a
507 questão das mulheres transexuais, para que o mundo perceba que o CNDM tem uma diferencial
508 de diversidade. Propôs que se criasse um painel sobre as mulheres LBTs na 14ª Conferência
509 Regional sobre a Mulher, e falou do seu interesse de participar do evento levando este painel para

510 informar o perfil das mulheres LBts e para que as pessoas conheçam a luta. A Conselheira
511 JUREUDA DUARTE GUERRA manifestou seu interesse em participar do painel e que através
512 de resoluções do Conselho Federal de Psicologia contribuiria para dizer que a orientação sexual
513 não seria uma doença e não haveria o que se tratar. Pediu que o Conselho se posicionasse contra
514 o vídeo que um Deputado de São Paulo incitou ódio contra a mulher transexual. A Conselheira
515 TELMA NANTES DE MATOS da Organização Nacional de Cegos do Brasil mencionou que
516 também era importante que o mundo enxergasse as mulheres com deficiência e que segundo os
517 dados do IBGE mulheres com deficiência são 23,9% da população. Concordou com a Conselheira
518 Chopelly Santos e fez um apelo que para onde as Conselheiras fossem levassem a pauda da mulher
519 com deficiência. A Conselheira JOVANNA CARDOSO DA SILVA agradeceu pelo tratamento
520 pessoal que recebeu da assessoria da SNPM e falou que o FONATRANS se soma a pauta que for
521 importante para as mulheres e criticará quando direitos forem tirados. Citou que fica se alegrava
522 em ouvir de uma Secretária evangélica dizer que garantirá a pauta das travestis e dos transexuais
523 no governo. Afirmou que se somará ao governo pelas mulheres em toda plenitude, deixando de
524 lado convicções religiosas. A Presidente TIA ERON, agradeceu e elogiou a fala da Conselheira
525 Jovanna da Silva, que foi ovacionada. Após, a Conselheira SUZI DE CORDOVA HUFF
526 THEODORO, mencionou que na IV CNPM, foram consideradas todas as pautas que chegaram à
527 SNPM e que houve espaço para todas as “categorias” de mulheres e sugeriu que fosse feito o
528 mesmo para a V CNPM. A Conselheira JEANETE ASSAD MAZZIEIRO parabenizou a
529 Conselheira Jovanna da Silva por sua fala. Mencionou o papel do CNDM que seria de somar e
530 disse que daria um voto de confiança à gestão da Presidente Tia Eron. A Assessora Técnica JADE
531 CHRISTINNE DA COSTA DE PAULA DOS SANTOS mencionou que nos dias 09 e 10 de abril,
532 em Montevideu/Uruguai, se realizaria a Oficina de Fortalecimento com representantes de mulheres
533 afrodescendentes indígenas do MERCOSUL. Explicou que os critérios estabelecidos para
534 participação na delegação brasileira em eventos no exterior são estabelecidos para cada evento
535 internacional e que a orientação é atribuída à SNPM pela assessoria internacional do Ministério e
536 que as vagas são limitadas tanto para os representantes do governo, quanto para a sociedade civil.
537 A Conselheira JEANETE ASSAD MAZZIEIRO explicou que a reunião RMAAM não seria aberta
538 ao público, somente participam entidades credenciadas. A Conselheira GABRIELA CRUZ DA
539 SILVA informou que estaríamos no ano da década internacional dos afrodescendentes, e que o
540 MMFDH estaria com uma proposta de transversalidade das políticas. A Conselheira VIVIANE
541 LOPES DINIZ explicou que a reunião citada pela Conselheira Jade dos Santos citou, não foi
542 incluída no cronograma de eventos internacionais, porque seria de caráter técnico e estaria dentro
543 da RMAAM. A Presidente Suplente ROSINHA ESTRELA mencionou os objetivos do Conselho
544 em avançar com os direitos da mulher e com enfrentamento da violência. Agradeceu o Conselho
545 pela reunião e se despediu, pois tinha um voo dentro de algumas horas. Em resposta, a Presidente
546 TIA ERON agradeceu pelo apoio e ajuda na gestão. A Conselheira MARA FELTES solicitou
547 como pauta para a próxima reunião a Conferência da OIT. A Presidente convidou para compor a
548 mesa diretora a Secretária Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, PETRÚCIA DE
549 MELO ANDRADE e agradeceu pela sua participação na reunião. A Conselheira BRUNA BECK
550 DA COSTA do Ministério da Economia como relatora da Câmara Técnica de Planejamento e
551 Orçamento iniciou a leitura da Ata. **Câmara Técnica de Planejamento e Orçamento:**
552 **DECIDIU-SE** reiterar o pleito registrado na ata de sua última reunião, para que representante da
553 área responsável pela alocação e acompanhamento orçamentário do Ministério da Mulher, da
554 Família e dos Direitos Humanos, munido de peça orçamentária do órgão atualizada, acompanhe e
555 subsidie todas as reuniões do grupo técnico. **DELIBEROU-SE** sobre a reestruturação da
556 composição proposta para os Grupos de Trabalho (GT) que tratarão dos temas: Visitas a Presídios

557 e Reforma da Previdência. Assim, propôs que os GTs sejam compostos por cinco conselheiras,
558 eleitas pelo plenário do colegiado já em sua 55ª reunião. **PROPÔS** que as integrantes eleitas para
559 os GTs se reúnam no dia anterior à próxima reunião extraordinária do pleno do Conselho, que
560 ocorrerá em maio deste ano, para elaborarem planos de trabalho sobre as duas agendas. Esses
561 planos de trabalho serão apreciados e aprovados pelo plenário do Conselho. **DELIBEROU-SE**
562 por convocar a equipe responsável pela elaboração do Plano Plurianual (PPA), no Ministério da
563 Economia a apresentarem a metodologia para construção do plano, e por reforçar junto à SNPM a
564 importância de representantes da sociedade civil ser chamados a participar ativamente das oficinas
565 e discussões que subsidiam a e do plano. A Conselheira CHOPELLY SANTOS solicitou que fosse
566 informado o responsável do PPA no Ministério da Economia para que participasse da dos trabalhos
567 na CT de Planejamento e Orçamento. A Conselheira BRUNA BECK DA COSTA explicou que o
568 Ministério da Economia passou por reestruturação e que a Subsecretaria de Planejamento
569 Governamental ficaria responsável pelo PPA e sugeriu que fosse convocado o responsável da área
570 para esclarecimento da nova metodologia do Plano Plurianual. Em resposta, a Presidente sugeriu
571 que a própria Conselheira Bruna Beck da Costa esclarecesse a metodologia. A Conselheira
572 BRUNA BECK DA COSTA disse não se sentir confortável para tal esclarecimento, pois o assunto
573 não seria da sua área. E sugeriu que se fizesse um convite oficial para o Secretário do Ministério.
574 Em resposta, a Presidente disse que seria feito. A Conselheira CHOPELLY DOS SANTOS sugeriu
575 que após o aditamento do PRODOC na ONU de entrar na fase de rever o plano de trabalho, a CT
576 de Planejamento e Orçamento apresentasse ao Coselho um resumo do plano na reunião
577 extraordinária. **DECIDIU-SE** que as indicadas para **compor o Grupo de Trabalho de Legislação**
578 seriam as Conselheiras: Jeanete Mazzeiro, Eunice Cruz, Chopelly dos Santos, Eduarda Mourão,
579 Laudelina da Silva, um representante do Ministério da Saúde, Vanja dos Santos e como
580 colaboradores: Presidente Suplente Rosinha Estrela, Jovanna da Silva e Adélia Pessoa. Em
581 resposta, a Conselheira LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE solicitou que o GT de
582 Legislação convidasse a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público
583 Federal, para fazer parte do grupo. A Conselheira LAUDELINA INÁCIO DA SILVA disse que
584 acreditava ser desnecessária a inclusão de determinados órgãos no GT e justificou dizendo que um
585 número grande de colaboradores poderia inviabilizar a agilidade correndo o risco de não concluir
586 os trabalhos. A Presidente discordou de Laudelina da Silva e concordou com a Conselheira
587 Lucimara Cavalcante. Em seguida, a Conselheira VIVIANE DINIZ perguntou se haveria um
588 parecer da Consultoria Jurídica -CONJUR do MMFDH, sobre a incongruência da Lei de criação
589 do CNDM e sugeriu que fosse levado à GT de Legislação para ser discutido e servir de base. A
590 Presidente respondeu que já tinha o parecer e acatou a sugestão da Conselheira. A Conselheira
591 CHOPELLY DOS SANTOS explicou que o objetivo do GT Mulheres Privadas de Liberdade era
592 fazer uma pesquisa de como essas mulheres estariam sendo tratadas dentro do sistema
593 penitenciário e que visitas seriam feitas em pontos focais onde existissem dados de denúncias de
594 maus tratos e posteriormente elaborado um parecer para ser apresentado ao Conselho. **DECIDIU-**
595 **SE a composição do Grupo de trabalho de Mulheres Privadas de Liberdade** às Conselheiras:
596 Jureuda Guerra, Evelin Cavalini, Andremara dos Santos, Lucimara Cavalcante e Cristiane Kondo.
597 Propôs que elaborassem um plano de trabalho e fosse apresentado na reunião extraordinária do
598 mês de maio. A Conselheira LUCIMARA VARANIS CAVALCANTE sugeriu que fizesse parte
599 do GT de Mulheres Privadas de Liberdade o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do
600 Adolescente (CONANDA). A Conselheira MARIA DA PENHA também sugeriu que incluíssem
601 crianças e adolescentes órfãos pelo feminicídio. Citou que conforme pesquisas cada mulher vítima
602 do feminicídio deixa duas crianças na orfandade. A Secretária Nacional PETRÚCIA DE MELO
603 ANDRADE concordou com a Conselheira e citou sobre a importância de políticas públicas que

604 atende as crianças órfãs pelo feminicídio. A Conselheira CHOPELLY DOS SANTOS explicou
605 que o **Grupo de Trabalho de Previdência** foi pensado para discutir os impactos da reforma da
606 previdência na vida das mulheres. Citou que todos os GTs são temporários. Mencionou que previa
607 um seminário para discussão dos impactos da previdência e propôs um numero de representantes.
608 Em resposta, a Conselheira CRISTIANE KONDO explicou que a sugestão do seminário e do GT
609 de previdência foi ideia da CT de Legislação e Normas e citou que em reuniões passadas já tinha
610 sido aprovado e pediu que este tópico fosse discutido na apresentação da CT de Legislação e
611 Normas. A Conselheira JUREUDA GUERRA sugeriu o Comitê Nacional de Combate a Tortura
612 para o GT de Mulheres Privada de Liberdade. A Conselheira CHOPELLY DOS SANTOS
613 explicou que a proposta que fazia era um complemento do que a Conselheira Cristiane Kondo
614 tinha proposto e que no momento houvesse indicação de cinco pessoas para o GT e na próxima
615 reunião se pensassem no seminário para que fosse fomentado um produto. A Conselheira
616 LAUDELINA INÁCIO propôs para o GT Mulheres Privada de Liberdade que participassem
617 representantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública e explicou que seria um auxílio
618 durante as visitas técnicas nos locais. A Presidente perguntou ao pleno se haveria consenso de
619 todos sobre os GTs e ninguém se opôs. A Conselheira MARIA DA PENHA citou sobre sua
620 preocupação com tema da alienação parental. Em sequência, a Presidente TIA ERON mencionou
621 que na data do dia 15 de maio, seria realizada uma audiência na Câmara Federal com a comissão
622 em defesa da mulher, com tema alienação parental. A Conselheira JUREUDA GUERRA informou
623 que o Conselho Federal de Psicologia (CFP), teve um posicionamento contrário do projeto de lei
624 da alienação parental e explicou que a proposta de lei sempre trás a mulher de forma muito perversa
625 e causadora da alienação. **Câmara Técnica de Legislação e Normas:** A Conselheira Suplente
626 EDUARDA MOURÃO, como relatora, fez a leitura da Ata: Identificaram-se as seguintes
627 necessidades a) Revisão do Plano de Trabalho anterior; b) Mapeamento dos projetos de lei em
628 andamento nas duas casas legislativas do Congresso Nacional que se refiram ao escopo de trabalho
629 do CNDM; c) Mapeamento das Normas Vigentes relacionadas ao Enfrentamento da Violência
630 contra a Mulher. Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência, acrescentando ainda a adequação
631 à promoção da humanização do parto, assédio moral e sexual no trabalho. **DELIBEROU-SE** por
632 unanimidade que o trabalho da Câmara Técnica não só na análise de proposições em andamento
633 como prevê o plano de trabalho anteriormente aprovado, mas o conhecimento, análise e divulgação
634 das leis e normas existentes em vigor referente aos direitos das mulheres que sejam conhecidas,
635 divulgadas pelo Conselho, afinal, o conhecimento da lei a divulgação sobre os seus direitos pode
636 ser maneira efetiva de fiscalização pelas mulheres e ampliação de direitos já garantidos. Assim,
637 apresenta-se o seguinte Plano de Trabalho ações e cronograma, a fim de alcançar esses objetivos:
638 a) Retomar o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violências contra as Mulheres e analisar em
639 outro formato, o qual inclua os órgãos responsáveis pela Rede de Enfrentamento às Violências
640 contra as Mulheres e analisar a fim de propor outro formato, o qual inclua os órgãos responsáveis
641 pela Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres: Judiciário, Ministério Público,
642 Defensoria Pública; b) Seminário sobre os impactos da Reforma Trabalhista e da Reforma da
643 Previdência na vida das mulheres com especialistas indicados pelo governo e especialistas
644 indicados pela sociedade civil. Proposta para que o Seminário seja realizado durante uma manhã
645 e uma tarde no período entre os dias 15 e 17 de maio de 2019; c) Definir a composição do Grupo
646 de Trabalho dos Estudos sobre os impactos da Reforma Trabalhista e da Reforma da Previdência,
647 seguida da elaboração do seu plano de trabalho; d) Comunicação direta da Câmara Técnica de
648 Legislação e Normas com as Procuradorias da Mulher do Congresso Nacional. Essa questão foi
649 considerada prioritária para a CT, sendo necessário que a SPM garanta os meios para sua
650 efetivação; e) Acompanhamento e avaliação da efetivação de legislações e normas em vigor,

651 acompanhamento das propostas legislativas em andamento no Congresso Nacional,
652 acompanhamento das normativas em processo de elaboração pelos demais órgãos governamentais
653 que tenham impacto sobre as mulheres. Houve discussão sobre as seguintes proposições,
654 legislações e normativas: a) Reforma da Previdência; b) Projetos de Lei de Assédio Moral no
655 Trabalho; c) Lei de Importunação Sexual e outras leis que dispõem sobre crimes sexuais; d)
656 Ampliação da Licença Maternidade; e) Lei do Acompanhante no Parto (Lei 11.108 de 2005 e RDC
657 36 de 2008 da ANVISA). A Conselheira continuou e sugerindo que fosse realizada primeira a
658 definição da GT de Legislação e posteriormente o seminário. Em resposta, a Conselheira
659 CHOPELLO DOS SANTOS sugeriu que o GT se reunisse para que construíssem documentos
660 sobre o seminário e apresentassem ao pleno aprovar na próxima reunião extraordinária e a SNPM
661 executasse. A Conselheira CRISTIANE KONDO informou que a proposta foi anteriormente
662 aprovada e solicitou que fossem reapreciados pelo Conselho os impactos da reforma trabalhista
663 sobre a vida das mulheres e ressaltou que não são impactos positivos. A Conselheira Suplente
664 EDUARDA MOURÃO prosseguiu com a **composição do GT Legislação**: As conselheiras: Telma
665 Matos, Sônia Maria da Silva, Mara Feltes, Cleide Pinto e Mariana Eugênia Almeida do Ministério
666 da Economia. A Conselheira SÔNIA MARIA ZERINO DA SILVA reforçou a importância da
667 reforma trabalhista na vida das mulheres e afirmou que a proposta seria ruim principalmente para
668 os direitos das mulheres. E pediu para que não se fizessem um seminário só por fazer, mas para
669 conscientizar a população e principalmente as mulheres dos malefícios do texto proposto. A
670 Conselheira CRISTIANE KONDO informou que com ajuda da Conselheira Juliana de Freitas
671 elaborariam um ofício para ANVISA somente se referindo aos hospitais e maternidades que
672 continuam ainda descumprindo a Lei do acompanhante e mencionou que levaria ao pleno para
673 aprovação. A Conselheira VIVIANE DINIZ mencionou sobre o tema da licença paterna e
674 perguntou se com este tema teria se pensado na inclusão dos homens para ajudar na luta das
675 mulheres. Em resposta, a Conselheira CRISTIANE KONDO disse que o tema foi discutido na
676 CT de Legislação, mas que a licença paternidade de 20 dias já estaria sendo visto com maus olhos
677 e prejudicando trabalhadores homens, diante disso, achou que não seria o momento do tema ser
678 abordado. A Conselheira JUREUDA GUERRA, como relatora, fez a leitura da Ata da **Câmara**
679 **Técnica do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: IDENTIFICOU-SE** no Decreto nº
680 9586, de novembro de 2018 onde institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o
681 Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica a priorização nos eixos sobre a violência e os
682 outros eixos como: educação, assistência à família, não foram priorizados. E ressaltou observações
683 nos seguintes itens: a) Art.5 da Seção IV Na redação, o texto houve substituição da função do
684 conselho. Tornando ele consultivo ou deliberativo. Erro de digitação. Parágrafo único: garantir a
685 participação do controle social através dos movimentos de mulheres; no Capítulo II Não poderia
686 estar se referindo somente no âmbito doméstico em que se referente à violência de gênero
687 (Violência contra a Mulher) e suas interseccionalidades, a importunação sexual e divulgação não
688 autorizada de fotos íntimas – Lei 13.7-18 Observar as novas leis referentes. No Capítulo II, Art.6
689 foi sugerido substituir a palavra Combate por Enfrentamento, pois a lei Maria da Penha tem três
690 eixos: Prevenção, educação. 2 eixos – assistência a mulher e família. 3 eixos: responsabilização.
691 Grupos reflexivos. Em relação aos objetivos da seção III observa-se a necessidade de propostas de
692 Ações concretas para o enfrentamento: a) Referir aos serviços de Urgência e Emergência 24 horas,
693 as DEAM's 24 horas. – Notificação Compulsória; b) Unidades de saúde terem programas
694 específicos para atendimento às mulheres em situação de violência; c) As Políticas de assistência
695 social – CREAS e CRAS; d) Os IML's necessitam de atendimento 24h; e) Prevenir a reincidência
696 da agressão através de grupos reflexivos; f) Promover através do esporte campanhas para
697 vincularem em rede nacional, municipais e estaduais sobre o enfrentamento à violência contra a

698 mulher; g) Para a formação para os profissionais do sistema jurídico, assistência social, de
699 saúde...todos os setores uma formação transversal sobre gênero e suas interseccionalidades; h)
700 Garantir que as conselheiras de âmbito nacional, estadual e municipal, recebam formação
701 específicas sobre fundamentação teórica. Compreender o Patriarcado estrutural na sociedade,
702 gênero, conhecer as leis, os pactos internacionais, as normas internas, medidas protetivas; i) Criar
703 políticas para a não revitimização da Mulher; j) Garantir o Mapas da violência contra a Mulher no
704 Brasil sempre atualizado. Após, o Colaborador JORGE GONÇALVES explicou que seria
705 importante minutar uma nova Lei para o CNDM, para que a Lei principal fosse alterada e assim
706 tivesse Norma cogente em favor ou contra todos os agentes públicos dos três entes federativos que
707 necessitam estar atuando de forma legal. A Conselheira EDUARDA MOURÃO sugeriu que o
708 relatório da C.T. de PNPM fosse discutido também com C.T. de Legislação e Normas para que
709 pudessem contribuir com o trabalho técnico neste ponto. A Conselheira CHOPELLY DOS
710 SANTOS solicitou que os quatro relatórios das Câmaras Técnicas fossem recolhidos para serem
711 anexados com a ata da reunião. Informou as datas aprovadas. **APROVOU-SE** Reunião
712 Extraordinária nos dias 13 a 17 de maio de 2019, sendo nos dias 13 e 14 de maio reunião da
713 Comissão Organizadora da V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e reunião das
714 Câmaras Técnicas, dia 15 de maio audiência na comissão de defesa da mulher na Câmara Federal
715 e 16 e 17 aprovação dos documentos construídos para a V CNPM; nos dias 19 a 23 de agosto de
716 2019, Reunião Ordinária; Reunião Extraordinária nos dias 07 a 11 de dezembro de 2019, mas citou
717 que em virtude da conferência poderia ser antecipada. **EVENTOS APROVADOS** com
718 participação das Conselheiras. Congresso Nacional de Mulheres de Carreira Jurídica- ABMCJ nos
719 dias 23 a 25 de maio, em São Paulo, conselheiras Evelin Cavalini, Deusimar Corrêa, Cleide Pinto
720 e Cristiane Kondo e para o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
721 (FONATRANS) nos dias 23 a 26 de maio, no Rio de Janeiro, conselheiras Chopelly dos Santos,
722 Jureuda Guerra, Mara Feltes e Francimar Junior. Em seguida, a Conselheira JUREUDA GUERRA
723 perguntou à Presidente se o Conselho Federal de Psicologia podia estar enviando um parecer com
724 sugestões de texto, para que fosse substituída a ideia de se referir o profissional de beleza como
725 psicólogo para a Campanha. A Presidente TIA ERON explicou que a Ministra reconheceu a
726 comparação citada pela Conselheira Jureuda Guerra e citou que o texto seria revisto. Falou que
727 para o primeiro momento esta seria a campanha proposta, pois os profissionais de beleza estariam
728 no dia a dia das mulheres. A Conselheira CRISTIANE KONDO propôs para que todas as
729 Conselheiras se pronunciassem primeiro, para posteriormente a Presidente se pronunciar, pois suas
730 falas estavam sendo repetitivas e a hora estava avançada. Em resposta, a Presidente TIA ERON
731 pediu desculpas e disse não saber que não podia fazer as intervenções e perguntou se teria que
732 ficar calada. Em seguida, a Conselheira CRISTIANE KONDO disse não ter falado para que a
733 Presidente ficasse calada e mencionou que se as conselheiras considerassem necessário, deveriam
734 colocar essa campanha em votação. A Conselheira CHOPELLY DOS SANTOS explicou pelo que
735 tinha entendido que a Ministra faria uma reavaliação da Campanha e que as próximas campanhas
736 seriam apresentadas ao Conselho para que as Conselheiras colocassem suas considerações antes
737 de ser publicadas. A Presidente atendendo ao pedido da Conselheira Cristiane Kondo colocou a
738 campanha em votação, disse que se limitaria as intervenções e interações, porém a votação não
739 aconteceu. A Conselheira EUNICE CRUZ perguntou quais seriam as proposições para serem
740 votadas e que seria preciso esclarecer. A Conselheira JUREUDA GUERRA sugeriu a C.T. de
741 Monitoramento do PNPM fizesse uma avaliação e um levantamento da Campanha. Insistiu em
742 dizer que a campanha era superficial, pois tirariam às políticas públicas a compreensão da
743 violência. A Presidente se desculpou e falou que precisaria dar mais dinâmica aos assuntos do
744 Pleno. A Conselheira JEANETE MAZZIEIRO concordou com a fala da Conselheira Cleide Pinto,

745 quando disse que a campanha não atingiria a todos e que a Campanha não foi bem colocada.
746 Ressaltou que seria necessário melhorar a campanha com ideias do Conselho. Sobre o assunto de
747 uma nova Lei para o conselho, mencionou seu receio e falou que este assunto teria que ser avaliado
748 cuidadosamente. A Conselheira MARA FELTES propôs que ponderassem as observações feitas
749 sobre a campanha. Solicitou que fosse abordado naquele momento o assunto do Ligue 180. A
750 Conselheira CRISTIANE KONDO disse concordar com a intenção da campanha de alcançar todas
751 as pessoas, sobre a necessidade de promover capilaridade da política de enfrentamento à violência
752 contra mulheres, mas a realidade atual apresenta profissionais que ainda se recusam a atender casos
753 de violência e sobre a diminuição no expediente das delegacias da mulher. Perguntou a Presidente
754 qual seria seu posicionamento a respeito dos pronunciamentos do Presidente da República em
755 fazer apologia a ditadura e torturas que são feitas sobre as mulheres e qual a influência disso sobre
756 a violência contra as mulheres. A Presidente respondeu que não poderia falar pelo Presidente da
757 República e se limitou sobre o assunto. A Conselheira CRISTIANE KONDO solicitou que o
758 assunto do Ligue 180 fosse abordado ainda na reunião. Mencionou que em outras reuniões este
759 assunto ficou deliberado que seria pauta fixa de toda reunião do CNDM. Discordando a
760 Conselheira CHOPELLO DOS SANTOS mencionou que a reunião não teria coro para discutir o
761 assunto, visto que muitas conselheiras já estavam se ausentando para o aeroporto e que por questão
762 de saúde e a necessidade de tomar uma medicação precisava se ausentar, questionando o avanço
763 da hora. A Conselheira FRANCIMAR JUNIOR concordou com a Conselheira, mas solicitou que
764 o assunto do Ligue 180 fosse pauta no primeiro momento da próxima reunião. A Presidente pediu
765 permissão para encerrar a reunião sem a discussão do assunto Ligue 180. O Pleno concordou. A
766 Conselheira EUNICE CRUZ pediu para que na próxima reunião as Conselheiras fossem mais
767 objetivas. A Secretária Nacional PETRÚCIA DE MELO ANDRADE agradeceu dizendo que
768 estaria junto ao Conselho para construir políticas públicas que realmente sejam efetivas. A
769 Presidente ERONILDES VASCONCELOS (Tia Eron) agradeceu ao Conselho e deu por encerrada
770 a reunião. A 55ª Reunião Ordinária do CNDM foi finalizada no dia 04 de abril de 2019. A lista de
771 presença consta como **ANEXO IV**. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata que vai
772 assinada por mim, Leidiane de Oliveira e Silva, Secretária Executiva Terceirizada do CNDM,
773 Presidente Eronildes Vasconcelos Carvalho e pela Presidente Suplente do CNDM, Roseane
774 Cavalcante de Freitas Estrela.

Leidiane de Oliveira e Silva

Secretária Executiva Terceirizada do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Eronildes Vasconcelos Carvalho

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Roseane Cavalcante de Freitas Estrela

Presidente Suplente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

